

Interesses comerciais, políticos e religiosos no caminho dos direitos humanos

O campo dos direitos humanos tem sido afetado, em grande medida, pelas negociações comerciais. Democracias que buscam avançar na garantia de direitos sociais e no desenvolvimento humano de suas populações enfrentam a poderosa aliança conservadora entre o governo de George W. Bush, o Vaticano e os países islâmicos. Pressões desse bloco visam atacar os direitos e a autodeterminação das pessoas na esfera da sexualidade e da reprodução. Para enfrentá-las, será fundamental reforçar a coalizão da sociedade civil em defesa da chamada Resolução Brasileira sobre Direitos Humanos e Orientação Sexual, que deverá ser votada em 2005.

Magaly Pazello¹

O tema dos direitos humanos e suas intrincadas relações com o comércio internacional – ou seu inverso, as negociações comerciais e o modo como elas podem estar atreladas a situações que põem em risco os direitos humanos – é um desafio para a democracia e a luta dos movimentos sociais por um mundo justo e melhor. Negociações comerciais entre países são bastante complexas e técnicas, sobretudo após a consolidação da globalização, que cria um ambiente na área do comércio totalmente novo no que diz respeito a sua regulação. Os muitos interesses em jogo passam também a incluir o debate internacional do campo dos direitos humanos como um elemento integrante dessas negociações.

Devemos recordar como, em 2001, foi importante o argumento dos direitos humanos na discussão do painel aberto pelos Estados Unidos contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o licenciamento compulsório² de medicamentos para tratamento do HIV/Aids. Com a pressão da opinião pública internacional e das ONGs que atuam nesse campo, os Estados Unidos retiraram a queixa contra o Brasil. Em 2001, as multinacionais farmacêuticas também se viram obrigadas a retirar o processo judicial aberto contra o governo da África do

Sul, em função das denúncias de que os acordos internacionais sobre patentes criam obstáculos às políticas nacionais de saúde pública e afetam dramaticamente as populações pobres e os países menos desenvolvidos. No mesmo ano, o Brasil conseguiu aprovar uma resolução na Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), na qual se afirma que o acesso aos medicamentos essenciais deve ser considerado como um dos direitos humanos fundamentais. Todos os países que compõem a CDH aprovaram a proposta, à exceção dos Estados Unidos, que se abstiveram de votar.³

As vinculações entre comércio e direitos humanos podem ser mais ou menos perceptíveis, dependendo dos conteúdos em disputa nas negociações da esfera internacional. No caso patentes *versus* saúde pública, estava claro que se tratava de uma luta entre a preservação a qualquer custo do capital da indústria farmacêutica, defendido pelos Estados Unidos, e a qualidade de vida de pessoas que vivem com o HIV, representada pela determinação do Brasil em garantir o direito do acesso aos medicamentos, o que era comprometido pelo Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (Trips, na sigla em inglês), da OMC, que impunha uma carga financeira.

No entanto, as vinculações pouco perceptíveis têm um impacto perverso sobre a vida cotidiana das pessoas, em especial das mulheres. Durante a 11ª Reunião da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e

o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês), ocorrida em 2004, em São Paulo, um painel promovido pelo programa global, desenvolvido pela Unctad e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), sobre globalização, liberalização e desenvolvimento humano sustentável – cujos eixos são economia do conhecimento, energia e água – apresentou resultados das atividades desenvolvidas em países da África, do Sudeste Asiático e da América Latina. Entre elas, o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) – computadores, Internet, celulares – por países em desenvolvimento e menos desenvolvidos para alcançar competitividade internacional com *eficiência social*, pois cria inúmeros postos de trabalho.

Na arena dos direitos sexuais

Um dos fatores positivos enfatizados foram os benefícios para as mulheres decorrentes das TICs, uma vez que os postos de trabalho nesse setor econômico são, majoritariamente, ocupados por mulheres, como ocorre no Sudeste Asiático. Contudo, o aumento da empregabilidade feminina e a maior competitividade dos países se fazem às custas de baixa remuneração e da dupla jornada de trabalho. As mulheres, que comprovadamente recebem menos do que os homens, ainda que ocupem o mesmo cargo e executem trabalho idêntico, continuam sendo responsáveis pela reprodução social (cuidado da casa, de crianças, de doentes etc.), como se isso fosse inerente à condição feminina e só às mulheres coubesse.

Desse modo, governos e empresas se utilizam do trabalho invisível e gratuito das mulheres na esfera doméstica, bem como da baixa remuneração da força de trabalho

1 Colaboradora da rede Development Alternatives with Women for a New Era (Dawn).

2 Previsto na legislação brasileira, o licenciamento compulsório foi alvo de contestação por parte dos Estados Unidos, país onde se concentra a maior parte dos laboratórios que detêm as patentes dos medicamentos para HIV/Aids.

3 Ver carta do Programa Nacional de DST e Aids. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/bo_htm/boletim1.htm>. Acesso em: 22 set. 2004.

feminina, para alavancar economias no Sul, baixando o preço da produção de bens de consumo vendidos no mercado internacional. Além disso, na divisão das atividades produtivas das multinacionais de eletroeletrônicos, cabem aos países menos desenvolvidos aquelas que agregam menor valor intelectual, isto é, destinam-se a esses países as etapas de produção manual. Muitas empresas se instalam nos países que oferecem condições especiais, como a não-obrigação de respeito às leis trabalhistas.

Quando trazemos à arena do debate sobre direitos humanos os chamados direitos sexuais e reprodutivos, as vinculações com o comércio não só se tornam mais imperceptíveis como também perversas. No âmbito global, o grande fórum de debate sobre direitos humanos é a ONU. Uma vez ao ano, os Estados membros que compõem a CDH se reúnem em Genebra. Nessas reuniões, são apresentados informes preparados pela ONU sobre violações dos direitos humanos segundo temas ou casos específicos. Também são feitas recomendações aos países. Como afirma Ana Elena Obando, a “CDH não é uma exceção na guerra de valores ideológicos que atentam contra os princípios e as normas do direito internacional no campo dos direitos humanos”.⁴

Em 2004, durante a 60ª reunião da CDH, ocorrida em Genebra, quando, pela segunda vez, o Brasil apresentou uma resolução sobre direitos humanos e orientação sexual, a componente comércio foi utilizada como instrumento de pressão na tentativa de retirar o texto da pauta da comissão. Para fazer prevalecer valores ideológicos conservadores, na sua maioria fundamentados na religião, o bloco opositor da resolução (países islâmicos, Vaticano e Estados Unidos) lançou mão de uma ofensiva que incluiu uma sutil ameaça de boicote à 11ª Unctad. Isto poderia resultar num enorme fracasso da conferência, o que, além do vexame, criaria uma imagem de falta de confiança no Brasil.

Por sua vez, o Estado brasileiro perseque o papel de liderança na esfera internacional entre os países em desenvolvimento e os menos desenvolvidos. O governo Lula busca explicitamente a ampliação do mercado para exportação de produtos brasileiros. O Brasil vem expandindo suas ações de comércio

exterior para os países árabes e a China, além de consolidar alianças com a Índia e a África do Sul. Esse posicionamento no âmbito comercial exige da nossa diplomacia competência para manter o equilíbrio entre as parcerias comerciais e os posicionamentos divergentes com esses países em fóruns cujos contenciosos dizem respeito a temas polêmicos, como os direitos humanos e, ainda mais, os direitos sexuais e reprodutivos.

A Resolução Brasileira

Para contextualizar o que significa a Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação Sexual defendida pelo Brasil na CDH, é necessário voltar no tempo. Na 59ª Reunião Anual da CDH, em 2003, o Brasil apresentou uma proposta de resolução (E/CN.4/2003/L.92) para enfrentar as constantes violações dos direitos humanos sofridas por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais (LGBT). Pela primeira vez, uma proposta es-

pecificamente voltada para contemplar a questão da orientação sexual foi apresentada à comissão, apesar de os relatórios da CDH sobre violações terem denunciado seguidamente esse tipo de violação, até por parte de legislações de países como a Índia (que criminaliza o homossexualismo, considerando-o sodomia). O texto da resolução, baseado na Declaração Universal de Direitos Humanos, afirma, entre outras coisas, que os direitos de todas as pessoas devem ser protegidos independentemente de sua orientação sexual e solicita que o Alto Comissariado da ONU dê especial atenção a esse tipo de violação.⁵

A Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação Sexual, chamada simplesmente de Resolução Brasileira, teve uma resposta favorável de apoio, por parte de muitos países, em negociações informais. Entretanto, durante a reunião de 2003, e diante da oposição encontrada, aqueles que apoiavam a resolução propuseram um texto mais resumido do que foi

Discriminação e violência contra homossexuais

Em muitos países, a discriminação e a intolerância baseadas na orientação sexual e identidade de gênero têm sido a razão da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais. Tal violência inclui desde constrangimentos até prisões e agressões físicas de todo tipo, além de tortura, ameaças de morte e assassinatos. No Brasil, somente em 2001, ocorreram 132 mortes documentadas. Nos últimos 20 anos, somam-se 2.092 assassinatos de homossexuais.⁶

Dois casos emblemáticos merecem ser mencionados. O primeiro deles refere-se à morte por espancamento do adestrador de cães Edson Néri, 31 anos, ocorrida em 2002. Ele passeava com seu companheiro no centro da maior cidade do país, São Paulo, quando um grupo denominado Carecas do ABC atacou-os porque eram homossexuais. Na mesma época, iniciava-se a disputa judicial pela guarda do filho da cantora Cássia Eller, falecida no fim de 2001. Cássia vivia com sua companheira, Eugênia, desde que o filho, Chicão, nasceu. Eugênia ficou res-

ponsável pelo menino, que foi alvo de uma disputa judicial movida pelo pai da cantora, baseando-se no argumento moral da orientação sexual. Havia um impasse sobre o caso, pois o pai biológico de Chicão havia falecido antes de seu nascimento. Após intensa batalha judicial e de opinião pública, Eugênia ganhou o direito à guarda de Chicão, contando ainda com o apoio da mãe de Cássia Eller.

Mesmo em contextos políticos democráticos mais estáveis, a orientação sexual é motivo de vexame público, sobretudo se envolve pessoas do cenário político ligadas a partidos conservadores. Recentemente, o governador de Nova Jersey, Estados Unidos, filiado ao Partido Republicano, renunciou ao cargo após suspeitas, veiculadas publicamente, de que ele mantinha relações sexuais com outro homem. O anúncio da renúncia de James McGreevey foi marcado pelo constrangimento de admitir que era gay. Mas a renúncia não foi suficiente para livrá-lo das páginas dos jornais e de estar sendo acusado de assédio por um ex-assessor.

4 Disponível em: <<http://www.whrnet.org/docs/tema-derechossexuales-0404.html>>. Acesso em: 22 set. 2004.

6 Ver texto do Grupo Gay da Bahia (GGB). Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/crime.html>>. Acesso em: 22 set. 2004.

5 Disponível em: <<http://www.resolucaobrasileira.blogger.com.br/>>. Acesso em: 22 set. 2004.

discutido pela comissão. Mesmo assim, a oposição foi contundente por parte do bloco dos países conservadores e do Vaticano. O embaixador do Paquistão declarou, em plenária, que considerava a proposta um insulto ao 1,2 bilhão de pessoas muçulmanas no mundo, pois se tratava de uma expressão cultural exclusiva do Ocidente. Também disse que não havia homossexuais entre o povo árabe. Houve também pressão do Vaticano dirigida a “certos países da América Latina” para que votassem contra a proposta. Na batalha pela aprovação da resolução, o bloco opositor chegou a pedir que se retirasse o termo “orientação sexual” do texto. Diante do impasse, o presidente da comissão propôs, estrategicamente, o adiamento da votação do texto para 2004.

Muito embora a questão da orientação sexual já tivesse sido tratada em reuniões anteriores da CDH, em 2002, apesar do intenso ataque promovido pelo bloco conservador, foram aprovadas resoluções contrárias à pena de morte e às execuções sumárias que mencionavam explicitamente como causas a orientação sexual. Em 2003, a Resolução Brasileira surpreendeu os grupos conservadores. Ainda que, rapidamente, tenham se organizado para impedir que a resolução pudesse ter chances de aprovação, a argumentação, que fundamenta o texto apresentado na CDH, estava muito bem construída sob os princípios dos direitos humanos e da defesa da pessoa humana. Assim, se, de um lado, houve grande impasse na plenária entre os grupos pró e contra a resolução, de outro, a argumentação firme por parte do governo brasileiro sustentou a aliança a favor da medida, formada por vários países da União Européia, Canadá, República Tcheca, Finlândia, Austrália, entre outros. Da América Latina, destacam-se México e Costa Rica, que inicialmente estavam a favor, mas a pressão do Vaticano nitidamente os forçou a recuar.

Entre as duas reuniões da CDH, houve uma intensa movimentação em torno da proposta brasileira, que foi se tornando mais incisiva à medida que se aproximava a reunião de 2004. A pressão exercida, principalmente, pelos países do bloco árabe, que, na CDH, foi liderado por Paquistão e Egito, somada à renovação de quadros da missão brasileira em Genebra, criou um ambiente de muitas dúvidas quanto à possibilidade de o Brasil sustentar a proposta e rerepresentá-la na reunião de 2004.

Portanto, entre os fatores de grande incerteza com relação à resolução, estava a resistência do Brasil às pressões externas, a ponto de até os países do bloco árabe solici-

tarem às suas representações diplomáticas em Brasília ações de persuasão direta. Num ambiente marcado pela ênfase no crescimento econômico e no estabelecimento de parcerias comerciais (países árabes e China), não havia como prever qual seria a reação do governo brasileiro. Era necessário, portanto, saber se o Brasil daria continuidade à negociação, uma vez que o enfrentamento seria de novo contra os países árabes, representados pela Organização das Conferências Islâmicas (OIC),⁷ que integra o bloco opositor à resolução, junto com o Vaticano e os Estados Unidos. Paralelamente à apresentação da resolução em Genebra, o Brasil dava início às negociações para realizar, no país, uma cúpula entre países árabes e sul-americanos. Essa cúpula foi, finalmente, anunciada para abril de 2005, em São Paulo, durante a visita de Lula ao Chile (agosto, 2004).

Após a decisão de adiamento da votação da Resolução Brasileira e como resposta ao bloco opositor, as organizações da sociedade civil internacional iniciaram campanhas de apoio à resolução e visitas às missões e embaixadas brasileiras. Entre essas ações, destaca-se a campanha da International Lesbian and Gay Association (Ilga).⁸ Do lado opositor também houve campanhas públicas⁹ contra a resolução, em grande parte lideradas por associações e grupos católicos conservadores dos Estados Unidos.

De certo modo, também houve surpresa por parte da sociedade civil e de movimentos LGBT. O conjunto das organizações brasileiras não se deu conta do processo em curso na CDH imediatamente. Foi necessário que as organizações presentes na reunião de 2003 dessem o alerta e propusessem uma mobilização global de apoio à resolução e ao governo brasileiro. Assim, em um encontro realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 2003, com ONGs e movimentos de todas as regiões do mundo, foi criada uma coalizão para organizar e implementar ações de *advocacy* com vistas à reunião de 2004. O encontro contou com a participação de re-

des de direitos humanos internacionais como Human Rights Watch e Anistia Internacional, bem como organizações especializadas em questões LGBT, população e desenvolvimento, saúde, além de entidades feministas. Participaram do evento dois diplomatas brasileiros que negociaram a resolução.¹⁰

Ameaça de boicote adia votação

Estavam criadas, portanto, as condições para uma grande batalha: de um lado, um poderoso bloco opositor que alia os interesses do capital aos valores ideológicos da religião; do outro, grupos organizados da sociedade civil de várias partes do mundo que, na sua maioria, enfrentam o cotidiano de assassinatos, prisões e torturas de homossexuais. No meio, o Brasil, tentando equilibrar-se na tênue fronteira de uma agenda extremamente avançada em direitos humanos e o desejo de tornar-se uma liderança na esfera do comércio internacional, consolidando parcerias com os países sobre os quais há inúmeras denúncias de violações às liberdades individuais e uma brutal regulação da sexualidade dos indivíduos adultos. Tudo isso num contexto em que a ONU está sob um forte ataque político e financeiro.

Somavam-se ainda dois fatos relevantes: os debates, no Parlamento Europeu, a respeito de uma legislação de proteção aos direitos LGBT, incluindo o casamento de pessoas do mesmo sexo, e a iniciativa do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, ainda a ser votada, de estender os benefícios a parceiros e parceiras do mesmo sexo de funcionários e funcionárias da ONU originários de países onde tais benefícios são garantidos. A iniciativa teve apoio do Grupo dos Países Latino-Americanos e do Caribe (Grulac) e da União Européia (UE), ao passo que a OIC se opunha completamente.

A Resolução Brasileira foi reapresentada diante de um bloco opositor ainda mais coeso e determinado a impedir a votação ou a derrotá-la. Contudo, dessa vez, havia mais vozes na defesa da resolução. Nova Zelândia e Canadá (embora na condição de observadores que tinham voz, não podiam propor textos em plenária e muito menos votar) foram aliados importantes nas negociações e sustentação da resolução. A Argentina e o México, que são sensíveis à pressão do Vaticano, também se manifestaram publicamente a favor do texto. As ONGs, por sua vez, estavam bastante ativas e propuseram a

7 A OIC é uma associação formada por 56 países islâmicos que visa a promoção da solidariedade econômica, social e política. Inclui países tão diversos como Gâmbia, Nigéria, Malásia, Indonésia, Albânia e Guiana.

8 Ver texto de apoio à resolução. Disponível em: <<http://www.brazilianresolution.com/>>. Acesso em: 22 set. 2004.

9 Ver texto contrário à resolução. Disponível em: <<http://www.stopbrazilianresolution.com/>>. Acesso em: 22 set. 2004.

10 Ver <<http://www.resolucaobrasileira.blogspot.com.br/>>.

A aliança conservadora

Orientação sexual e exercício da sexualidade não são temas novos na arena dos direitos humanos, muito menos na esfera de negociações multilaterais da ONU. Devemos recordar a importância da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, em 1994: um de seus resultados mais significativos foi a consagração do termo “saúde e direitos sexuais e reprodutivos”.

Desde então, muito se avançou no campo e na definição conceitual desses termos. Faz-se, hoje, uma distinção entre direitos reprodutivos e direitos sexuais. Essa distinção é importante ao se considerar o amplo campo da sexualidade em suas dinâmicas e implicações políticas. Orientação sexual não é um termo distante do debate internacional, assim como o conceito de identidade de gênero. Eles integram o complicado quadro dos temas contenciosos, dada a reação que desper-

tam naqueles países que defendem o princípio da regulação estrita da sexualidade humana. Exemplo disso é a imposição do Vaticano no que concerne às relações sexuais, quando prega que devem ser realizadas unicamente para a procriação.

O governo de George W. Bush declarou guerra aos casamentos entre pessoas do mesmo sexo e reproduziu as declarações do papa João Paulo II, além de ter argumentado que o combate eficaz ao HIV/Aids se faz com a abstinência sexual. Para isso, utilizou-se de todo o aparato de mídia de que dispõe a Casa Branca. Como os Estados Unidos são a maior força militar e econômica no mundo pós-guerra, todos os debates, negociações e decisões na esfera internacional estão enviesados, atualmente, pelos posicionamentos e ações unilaterais do governo Bush. Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 agravaram as políticas conservadoras pro-

movidas pela Casa Branca. E seu alvo principal, no campo dos direitos humanos, foi o cerceamento à autodeterminação das pessoas. Os constantes ataques aos direitos sexuais e reprodutivos fazem parte da marca indelével desse governo.

Essa combinação do político com o religioso, além de representar um ataque frontal ao Estado laico, é contra a autonomia das pessoas na esfera da sexualidade, e tem como alvo principal o direito à autodeterminação das mulheres e do reconhecimento da diversidade sexual. Este é o elo mais forte entre os grupos conservadores religiosos (por exemplo, entre católicos e islâmicos) e entre os Estados Unidos e os países árabes. Mesmo após os eventos de 11 de setembro e as afirmações de retaliação ao chamado por Bush “eixo do mal” (Coreia do Norte, Irã e Iraque da época de Saddam Hussein), não houve mudança na aliança Vaticano, Estados Unidos e OIC.

melhora do texto para a inclusão do termo “identidade de gênero”, tão importante quanto “orientação sexual”, com o qual amplia a abrangência na proteção e promoção dos direitos humanos para pessoas LGBT.

A aliança estabelecida entre Estados Unidos, OIC e Vaticano estrategicamente atacou todas as referências aos direitos sexuais contidas em outras resoluções apresentadas para votação (que tratavam de violência contra as mulheres, tortura, execuções sumárias ou arbitrárias, saúde, entre outras), ampliando a tensão. As negociações a portas fechadas, convocadas pelo bloco opositor, tiveram como objetivo demover a delegação brasileira da intenção de levar à votação a resolução que tratava da orientação sexual. Para tanto, como mencionado, a pressão incluiu a sutil ameaça de boicote à Unctad e o cancelamento da cúpula entre a América do Sul e os países árabes. No Brasil, o arcebispo emérito do Rio de Janeiro dom Eugenio Sales utilizou sua coluna no jornal *O Globo* para atacar sistematicamente a resolução, afirmando que ela seria contrária aos direitos humanos e representava a destruição da família e o estímulo à discriminação religiosa. Alguns *sites* religiosos comparavam a proposta brasileira com as atrocidades de Hitler.¹¹

Embora houvesse votos suficientes para aprovar o texto em plenária, o ambiente não era favorável a uma votação, pois a vitória

seria conseguida com um número muito pequeno de países. Isso poderia ser pior do que adiar a votação outra vez, pois a vitória com margem pequena de votos tornaria a resolução vulnerável e ineficaz. Assim, a votação foi adiada para 2005.

Segundo Elena Obando, pela dimensão positiva do trabalho realizado na CDH e apesar da postergação, houve um consenso histórico em todas as regiões para tal. Portanto, o tema permanece na agenda de direitos humanos para ser discutido no próximo ano. Dessa maneira, e em termos de visibilidade histórica, as vozes LGBT do Sul e outras foram ouvidas tanto pela CDH como pelas diversas relatorias da ONU e por representantes dos países da comissão (houve até quem demonstrasse receptividade ao *lobby* LGBT).

Os desafios para 2005

O cenário parece ser mais positivo para 2005. No que se refere à mudança do quadro dos Estados membros da CDH, por exemplo, Canadá e Nova Zelândia, que são favoráveis à Resolução Brasileira, passam da condição de observadores para membros efetivos. Não

se sabe ainda quem vencerá as eleições presidenciais dos Estados Unidos, mas, se John Kerry ocupar a Casa Branca, no dia seguinte à sua posse, o posicionamento em relação aos direitos sexuais e reprodutivos mudará radicalmente. Mudanças radicais ocorreram quando Bill Clinton sucedeu George Bush (pai) e também quando o Partido Republicano retornou à Casa Branca em 2001.

Porém, isso indica que há muito trabalho pela frente, pois a decisão do governo brasileiro de rerepresentar, em 2004, a resolução para votação se deveu, sobretudo, à forte pressão da opinião pública favorável ao texto. Para 2005, será crucial consolidar a coalizão da sociedade civil, criada em dezembro de 2003, assim como as articulações nacionais entre os diversos movimentos que lutam pelos direitos sexuais e os direitos humanos, ampliando o diálogo entre setores da sociedade, e as articulações internacionais, com as diversas redes que acompanham processos globais.

Mas a resolução é apenas um passo no enfrentamento das violações aos direitos humanos das pessoas LGBT, das mudanças das legislações nacionais punitivas, do fim da pena de morte de homossexuais e do uso da sexualidade como moeda de troca em negociações comerciais. Esses são desafios que precisamos vislumbrar na luta pela dignidade humana. ■

11 Ver <<http://www.whrnet.org/docs/tema-derechossexuales-0404.html>>.